

Artigo Original



10.1590/1809-58442026103pt



Open access

Territórios periféricos e interseccionalidades: experiências de opressão e resistência em espaços físicos e digitais-informacionais

Peripheral territories and intersectionalities: experiences of oppression and resistance in physical and digital-informational spaces

Territorios periféricos e interseccionalidades: experiencias de opresión y resistencia en espacios físicos y digitales-informacionales

Dayana Karla Melo da Silva

Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicação e Artes (ECA) e Instituto de Estudos Avançados; Universidade de S. Paulo (USP). São Paulo (SP) - Brasil.

Detalhes Editoriais

Sistema duplo cego

Histórico do Artigo:

Recebido: 10/08/2025

Aceito: 25/11/2025

Disponível online: 30/03/2026

Artigo ID: e2026103

Editoras Chefes:

Dra. Marialva Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Dra. Sonia Virginia Moreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

Editores Responsáveis pelo processo de recepção, desk review e avaliação:

Ana Paula Goulart de Andrade (UFRRJ) e Jorge

Carlos Felz Ferreira (UFJF)

Editores Executivos:

Dr. Jorge C. Felz Ferreira

Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Dra. Ana Paula Goulart de Andrade

Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ

Editor Associado:

Dr. Sandro Torres de Azevedo

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Revisoras:

Cristine Gerk (português)

Felicity Clarke (Inglês)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Editoração e marcação XML:

IR Publicações

Financiamento:

CNPq

Como citar:

SILVA, D. K. Melo da. Territórios periféricos e interseccionalidades: experiências de opressão e resistência em espaços físicos e digitais-informacionais. São Paulo: INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 49(2026). e2026103. <https://doi.org/10.1590/1809-58442026103pt>.

Autor(a) de contato:

Dayana Karla Melo da Silva

dayanamelo@usp.br

Resumo

Os territórios digitais-informacionais têm se constituído como formas de expressão e expansão dos territórios físicos, sobretudo no que diz respeito às opressões experienciadas por negros, pobres e mulheres habitantes das periferias urbanas. Com base em uma leitura que pensa a localidade como um marcador social da diferença, tal qual raça, classe e gênero, mapeamos quatro iniciativas — Data_labe, LabJaca, Movimento Conexão Favela e De Olho na Quebrada — que atuam na interface entre o urbano/periférico e o digital-informacional. O percurso metodológico envolveu mapeamento em rede, com identificação dos grupos, coleta de dados digitais e observação de suas práticas comunicacionais. As análises mostram como esses coletivos, ao se apropriarem das tecnologias digitais, buscam construir formas de resistência capazes de subverter lógicas de dominação, exclusão e discriminação presentes tanto no desenho espacial das cidades quanto no desenvolvimento das tecnologias de comunicação modernas.

Palavras-chave: Territórios periféricos; territórios digitais-informacionais; interseccionalidade; redes digitais; iniciativas sociais.

Abstract

Digital-informational territories have been constituted as forms of expression and expansion of physical territories, especially regarding the oppressions experienced by Black people, the poor, and women living in urban peripheries. Based on an understanding of *locality* as a social marker of difference, alongside race, class, and gender, we mapped four initiatives — *Data_labe*, *LabJaca*, *Movimento Conexão Favela*, and *De Olho na Quebrada* — that operate at the intersection between the urban/peripheral and the digital-informational. The methodological approach involved network mapping, with group identification, collection of digital data, and observation of communicational practices. The analyses show how these collectives, by appropriating digital technologies, seek to build forms of resistance capable of subverting logics of domination, exclusion, and discrimination present both in the spatial design of cities and in the development of modern communication technologies.

Keywords: Peripheral territories; digital-informational territories; intersectionality; digital networks; social initiatives.



CRedit

- Conflitos de Interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- Contribuição dos autores: Conceitualização; Análise formal; Metodologia; Escrita (revisão e edição): D. K. Melo da Silva.

Disponibilidade dos Dados:

Todos os dados que deram base ao presente artigo encontram-se no corpo do texto.

A Revista Intercom incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática de *open data* é viabilizar a reproducibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.

Linguagem inclusiva:

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Verificação de plágio:

A Revista Intercom submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Resumen

Los territorios digitales-informacionales se han constituido como formas de expresión y expansión de los territorios físicos, especialmente en lo que respecta a las opresiones experimentadas por negros, pobres y mujeres habitantes de las periferias urbanas. A partir de una lectura que entiende la localidad como un marcador social de la diferencia, al igual que la raza, la clase y el género, mapeamos cuatro iniciativas — Data_labe, LabJaca, Movimento Conexão Favela y De Olho na Quebrada — que actúan en la interfaz entre lo urbano/periférico y lo digital-informacional. El recorrido metodológico incluyó el mapeo en red, con identificación de los grupos, recolección de datos digitales y observación de sus prácticas comunicacionales. Los análisis muestran cómo estos colectivos, al apropiarse de las tecnologías digitales, buscan construir formas de resistencia capaces de subvertir lógicas de dominación, exclusión y discriminación presentes tanto en el diseño espacial de las ciudades como en el desarrollo de las tecnologías modernas de comunicación.

Palabras clave: Territorios periféricos; territorios digitales-informacionales; interseccionalidad; redes digitales; iniciativas sociales.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC- BY). Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.



Introdução

Formulada com base em uma leitura segundo a qual as opressões experienciadas por mulheres negras se dão na interseção entre racismo e sexismo (Crenshaw, 1989), a interseccionalidade também se constitui por outras dimensões, indicando “[...] as formas pelas quais a opressão se manifesta por meio de múltiplas facetas de identidade que conferem ou retêm privilégios, vantagens imerecidas que se acumulam para os indivíduos com base em suas identidades” (Risam, 2015, p. 2, tradução nossa). Nesse sentido, a localidade, assim como raça, gênero, classe e sexualidade, pode ser interpretada como um marcador social da diferença, fazendo com que as experiências de opressão e exclusão estejam igualmente relacionadas ao lugar no qual se habita, isto é, a nossa morada no mundo.

Periferias, favelas e quebradas têm sido, assim, o reflexo da dinâmica social e econômica no desenho espacial das cidades modernas. Um processo denominado por Lélia Gonzalez (1984, p. 232) de “divisão racial do espaço”. Pensando em termos de territórios físicos/periféricos e territórios digitais-informacionais, observamos ainda como esses últimos aparecem como extensões dos primeiros e das injustiças a eles inerentes. Isso significa dizer que as tecnologias digitais em rede, por meio do enviesamento algorítmico, têm contribuído para a ampliação da supremacia branca e das opressões interseccionais, caracterizando-se como espaços de perpetuação de poder e privilégios. Entretanto, do mesmo modo que emergem estratégias de resistência das periferias, favelas e quebradas, também encontramos formas de resistência no ambiente digital.

Com base no mapeamento de quatro iniciativas que atuam na interface entre territórios físicos/periféricos e territórios digitais-informacionais — Data_labe (Complexo da Maré, Rio de Janeiro), LabJaca (Favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro), Movimento Conexão Favela (Jardim Peri, São Paulo) e De Olho na Quebrada (Heliópolis, São Paulo) — buscamos identificar como se dão as experiências de opressão e resistência em termos de mobilização e apropriação das tecnologias digitais em rede por esses coletivos e seus integrantes, que são, majoritariamente, pessoas negras e periféricas. Para tanto, partiremos de uma leitura acerca das noções de território, lugar e periferia. Em seguida, abordaremos a ideia de territórios físicos e territórios digitais-informacionais pelo prisma da interseccionalidade. E, por fim, apresentaremos os casos estudados e as interpretações que deles emergem.

Territórios, lugares e periferias

Ao abordar a ideia de um retorno do território, Milton Santos (2005) critica a noção de território herdada da modernidade e argumenta que o que faz do território objeto da análise social não é o território em si, mas o seu uso. Assim como o espaço geográfico, o território é definido por Santos como um híbrido, uma forma em constante movimento e construção, necessitando de constante revisão histórica. Contrapondo-se a análises clássicas e características do período de consolidação de uma globalização neoliberal, o autor enfatiza o papel do território na compreensão da contemporaneidade, igualmente marcada pela emergência de novos processos tecnológicos, científicos e informacionais.

Para Santos, o surgimento do Estado-nação e o estabelecimento de uma noção jurídico-política do território constituíram um marco na passagem “da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global”, de sorte que, “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (Santos, 2005, p. 255). Todavia, se antes o território era a base e o fundamento do Estado-nação, hoje observamos o surgimento da noção de “transnacionalização do território”, que substitui a antiga noção de “Estado Territorial”.

Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno. (Santos, 2005, p. 255).

A noção de território usado, sinônimo de espaço humano, espaço habitado, aparece para indicar que, além de formas, o território também é constituído por objetos e ações. É, de fato, o território usado a categoria de análise, é ele que dá base a construções políticas. A sua compreensão está articulada à compreensão dos seus conteúdos, ou seja, das formas-conteúdo que são o dinamismo socioterritorial e socioespacial e que estão diretamente relacionadas à nossa existência. Tal noção também é a mais adequada às noções de território em mudança e território em processo, alinhando-se ao dinamismo social e se opondo à ideia de uma sociedade estática, imutável: “Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é



muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local” (Santos, 1999).

Ao mesmo tempo, esse território usado, humano, habitado, movimento, processo, forma-conteúdo, constitui um elo entre o passado e o futuro imediatos. Por isso, ele também se apresenta como um campo de forças, disputas e contradições, entre elas a contradição entre o horizontal e o vertical. Com efeito, as chamadas horizontalidades e verticalidades são entendidas como a nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, marcando os novos recortes territoriais do final do século passado. Sendo as primeiras definidas como “os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”, e as segundas como “formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (Santos, 2005, p. 256).

As horizontalidades também se ligam à ideia de espaço banal, que é todo o espaço e o espaço de todos, ao passo que as verticalidades dizem respeito às redes, que são apenas parte do espaço e o espaço de alguns. Nesse sentido, o território é formado de “lugares contíguos” e de “lugares em rede”: “São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas”. (Santos, 2005, p. 256). E é com base nesse “acontecer simultâneo”, que novas solidariedades podem emergir em forma de um “acontecer solidário”, a despeito das diferenças entre pessoas e lugares.

A noção de território usado se aproxima, assim, da noção de lugar, interpretado como a sede de resistência da sociedade civil. Conforme evidencia Maria Adélia de Souza, é a dinâmica dos lugares que engendra o uso do território, e é o lugar o espaço do acontecer solidário, que pressupõe, por sua vez, a coexistência: “mundo e lugar se constituem num par indissociável [...] No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política” (Souza, 2005, p. 253).

Essa relação entre global e local, contiguidades e redes também evidencia a contradição entre mundo e lugar. É no lugar que se materializam as opressões e discriminações impostas pelo mundo, mas também é no lugar que se podem articular as resistências, abalizadas, por sua vez, em solidariedades e saberes localmente construídos e instituídos. Assim, conforme argumenta Santos (2008, p. 17), “O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar”, acrescentando que, “Desse modo, o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo”.

Compreendemos que o lugar como espaço do acontecer solidário pode insurgir no campo ou na cidade. Nesse sentido, direcionamos a nossa atenção para as periferias, que podem ser pensadas tanto em termos globais, a exemplo das periferias globais, quanto em termos localizados, como as periferias urbanas. No documentário *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*, do cineasta brasileiro Sílvio Tendler (2006), que discute justamente os problemas da globalização com base nas periferias, Santos, em entrevista concedida quatro meses antes de sua morte, aponta para a produção de formas solidárias com expressão econômica e política dentro das cidades, argumentando que serão os atores de baixo, pela ação de baixo para cima, que mudarão a história.

Com efeito, as últimas décadas do século passado se caracterizaram como um período de surgimento de novas formas de mobilização e organização popular (Gohn, 1991; Sader, 1988), contrastando e rivalizando com o fenômeno da globalização neoliberal, que já ganhava forma na década de 1970, com a crise do petróleo, e mesmo anteriormente, com a entrada em cena do chamado capitalismo tardio. Processos que impactaram e ainda impactam as periferias globais e urbanas, estando essas últimas na mesma chave de compreensão das favelas e quebradas, conceitos que passam pelo estigma e pela tentativa de quebra do estigma por meio de uma apropriação criativa e contestadora.

A esse respeito, Tiaraju D’Andrea mostra como o termo periferia só começa a fazer parte do vocabulário dos moradores de áreas urbanas periféricas a partir da década de 1980, mas ainda carregado de preconceito. Foi somente em 1990, que o termo foi, de fato, apropriado pelos moradores dessas áreas, em grande medida, graças ao movimento hip-hop, que o popularizou. D’Andrea (2020, p. 21) ressalta, ainda, como a partir dos anos 1990, o caminho percorrido pelo termo se divide em pelo menos três, quais sejam: “a academia, que perde a preponderância da explicação quase no mesmo momento em que passa a relativizar o termo; a indústria do entretenimento, que abusou de uma estética da pobreza e depois foi abandonando-a; e os moradores da periferia, que seguiram ressignificando o termo”.

Todo esse movimento de desconstrução e reconstrução de significados para a periferia, quer na condição de conceito, quer na condição de espaço vivido, habitado, fez emergir uma consciência periférica, isto é, uma consciência de lugar e pertencimento formada com base em identidades e coletividades. É cada vez mais comum observar nessas periferias narrativas de empoderamento acerca do território e da ação e/ou expressão de habitar ou, melhor dizendo, coabitar esse território.

Territórios físicos e digitais-informacionais pelo prisma da interseccionalidade

As periferias urbanas, pensadas com base em uma perspectiva na qual espaço geográfico e território usado são descritos como híbridos, forma-conteúdo (Santos, 2009, 2005), também podem ser interpretadas por meio de uma leitura interseccional (Collins; Bilge, 2020; Crenshaw, 1989). Se, para Santos, a formação socioeconômica, tal como formulada pelo pensamento marxiano, define a formação socioespacial, os territórios periféricos aparecem como uma categoria social da diferença que se intercruza com outras categorias, como raça, classe, gênero, sexualidade, capacidade, idade e religiosidade.

São os modos de produção e o seu arranjo espacial que criam as distinções entre os lugares, cujos “valores” também dependem dos seus níveis qualitativos e quantitativos e da maneira como esses níveis se combinam: “Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares” (Santos, 1982, p. 14). A forma como nos localizamos no espaço está, pois, diretamente relacionada aos modos de produção que imperam nesse espaço.

Todavia, é necessário observar que a formação socioespacial, definida pela formação socioeconômica, é perpassada por outros elementos de engendramento de diferenças e exclusões que incidem, principalmente, sobre negros, mulheres, pessoas com deficiência e/ou LGBTQIAPN+. Nesse sentido, tanto o território possui uma dimensão interseccional quanto a interseccionalidade possui uma dimensão territorial, estando ambos, território e interseccionalidade, igualmente atravessados pela problemática do poder.

Lélia Gonzalez, pensadora brasileira considerada como uma das precursoras do pensamento interseccional, mesmo antes do termo ser formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), já chamava atenção para essa diferenciação entre o lugar/território habitado pelos brancos e o lugar/território habitado pelos negros dentro da dinâmica das áreas urbanas e rurais brasileiras:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (Gonzalez, 1984, p. 232).

Podemos afirmar, com isso, que as realidades sociais experienciadas por negros, pobres, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ também dizem respeito aos territórios nos quais essas pessoas habitam. Além das diferenças em relação à acessibilidade, no sentido do próprio direito à cidade, conforme formulado por Henri Lefebvre (2009) e David Harvey (2003), que indica o direito à moradia, à mobilidade, à educação, à alimentação, à cultura, ao lazer e à saúde, observam-se diferenças também em relação ao modo como a outra parte da cidade, a dos economicamente privilegiados, enxerga as virtualidades dos habitantes das periferias.

Na atualidade, essas injustiças se expandem para outros territórios além dos físicos, que são os territórios digitais-informacionais, aqueles engendrados pelas tecnologias da informação e comunicação. Tais tecnologias, por meio dos chamados algoritmos preditivos, levaram à formação de novos tipos de policiamento e vigilância sobre corpos e comunidades negras e periféricas. Sistemas algorítmicos também são utilizados em processos de tomada de decisão pelos setores público e privado em seleções de emprego, concessões de empréstimo bancário, solicitações de assistência médica, entre outros, priorizando, sobretudo, homens brancos, e perpetuando as desigualdades de raça, classe, gênero e localidade. Mesmo os mecanismos de busca e os softwares de reconhecimento facial e de fala privilegiam a branquitude em suas múltiplas nuances (Buolamwini, 2017; Koenecke et al., 2020; Noble, 2018).

Ao analisarem a relação entre as tecnologias digitais em rede e a interseccionalidade, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) mostram como estudos realizados nessa área desvelam questões acerca dos vieses interseccionais presentes nas estruturas digitais, seus aparatos, arquiteturas, dados e algoritmos, moldando opressões interseccionais e ampliando a supremacia branca.

A tomada de decisão algorítmica, que é baseada em dados históricos, pode fazer com que um apartamento seja negado a uma pessoa negra porque o sistema analisa, por



exemplo, quantas pessoas foram despejadas na vizinhança nos dez anos anteriores: “quando o locador faz uma verificação de crédito, se você é negro e [o sistema] diz que historicamente houve um grande número de despejos [em uma comunidade negra], você pode não conseguir alugar o apartamento”. (Collins; Bilge, 2020, p. 146).

Nesse sentido, as tecnologias digitais em rede se caracterizam como verdadeiros espaços de perpetuação de poder e privilégios, alimentando uma cultura de dominação, opressão e discriminação racial e territorial, conforme demonstram as pesquisas interessadas em entender em que medida essas tecnologias apoiam e amplificam o racismo e a injustiça social (Benjamin, 2019). Ao mesmo tempo, assim como os territórios físicos periféricos vivenciaram e ainda vivenciam um processo de inflexão nessa lógica opressora e excludente, no qual os moradores dessas áreas, em grande medida graças à valorização das coletividades e identidades interseccionais, buscam construir novos significados para o conceito de periferia, os territórios digitais-informacionais também podem ter seus significados reconstruídos.

Para tanto, estudiosos argumentam que é preciso romper com o projeto moderno/colonial que impera nessas tecnologias (Mohamed; Png; Isaac, 2020; Aguiar; Silva, 2024), que é, em sua essência, um projeto racista, classista e cisheterossexista. Afinal, essas tecnologias não são neutras, estando inseridas em uma estrutura, um sistema. Tal movimento se daria pela inserção de pessoas negras, pobres, periféricas, faveladas, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN+, entre tantos outros grupos minorizados, no campo de desenvolvimento das tecnologias digitais e em rede, predominantemente projetadas por homens brancos, heterossexuais e advindos das classes e territórios economicamente favorecidos.

Os próprios campos dos estudos interseccionais, pós-coloniais, decoloniais, teoria queer, teorias feministas e perspectivismos indígenas já fundamentam ações de comunidades de inteligência artificial e humanidades digitais em várias regiões do mundo. Acerca dessa temática, Roopika Risam argumenta que projetos de humanidades digitais observados “fornecem exemplos de como, em pequenas e grandes formas, teoria e método podem ser combinados para abordar questões recorrentes do papel da raça, classe, gênero, habilidade, sexualidade, nacionalidade e outras categorias de diferença dentro do campo”, complementando que cabe aos praticantes das humanidades digitais tornar esses projetos legíveis, “[...] movê-los para além das margens” (Risam, 2015, p. 14, tradução nossa).

Mapeamento, descrição e análise do fenômeno empírico

Ao refletirmos sobre territórios físicos e territórios digitais-informacionais, e os modos como essas duas formas se configuram como espaços de opressão, exclusão e discriminação, mas também de resistência, direcionamos nossa atenção para o mapeamento em rede de iniciativas que se situam na interconexão entre esses dois ambientes e se fundamentam em uma perspectiva interseccional. Na nossa leitura, o território físico, ou localidade, é entendido como uma categoria social da diferença, assim como raça, classe, gênero, sexualidade e capacidade; ao passo que o território digital-informacional é entendido como expressão e expansão da sociedade ocidental moderna e das estruturas de poder e de dominação que a compõem.

Ressaltamos, ainda, que a separação entre territórios físicos e territórios digitais-informacionais se dá mais no plano analítico-metodológico, ou seja, na tentativa de tornar compreensível o caminho traçado para o desenvolvimento do nosso estudo, do que no plano epistemológico. Isso porque, na própria leitura miltoniana, que vê o território usado como um híbrido, essencialmente forma-conteúdo, o meio geográfico é atualmente definido como um meio técnico-científico-informacional (Santos, 2009), sendo impossível separar realidade e imaginário social de realidade e imaginário tecnológico, de modo que as tecnologias se constituem como um meio, não no simples sentido de instrumento ou intermediário, mas no sentido de ambiente.

É dessa forma que territórios físicos e territórios digitais-informacionais se tornam a extensão um do outro. As iniciativas por nós mapeadas e analisadas exemplificam bem essa articulação entre esses territórios, com ênfase no território físico urbano e periférico, que é também o território das favelas e quebradas. Originárias desse contexto, as iniciativas Data_labe (Complexo da Maré, Rio de Janeiro), LabJaca (Favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro), Movimento Conexão Favela (Jardim Peri, São Paulo) e De Olho na Quebrada (Heliópolis, São Paulo) buscam se apropriar e ressignificar ambos os territórios (Ver Quadro 1).

Tal método de mapeamento em rede — realizado entre novembro de 2022 e março de 2023 — compreendeu as seguintes etapas: i) identificação dos grupos no ambiente digital e de suas estratégias de ação no território físico, por meio do acompanhamento sistemático de sites, blogs, perfis em redes sociais e referências em reportagens, o que possibilitou delimitar o universo de iniciativas e reconhecer suas formas de inserção comunitária; ii) coleta de

Quadro 1 - Mapeamento de coletivos, territórios e práticas digitais em rede

COLETIVOS/ INICIATIVAS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS
Data_labe	Define-se como um “laboratório que promove a democratização do conhecimento por meio da geração, análise e divulgação de dados com foco em raça, gênero e território a partir do Complexo da Maré – RJ” ¹ . Criado em 2016, o laboratório é fruto do Observatório de Favelas – organização da sociedade civil de interesse público igualmente sediada no Complexo da Maré – em parceria com a Escola de Dados – escola de treinamento de dados –, atuando, sobretudo, nas áreas do jornalismo, formação de pessoas e no monitoramento e geração cidadã de dados. Entre os projetos desenvolvidos pelo grupo está um manual que ensina a tratar, analisar e visualizar dados, batizado de Dados sem Caô ² ; e o Cocôzap ³ , que visa mapear questões sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo em favelas da Maré, além de promover o engajamento cidadão. No site do Cocôzap também é possível observar um painel de dados construído com base nas denúncias feitas por moradores pelo canal do projeto no WhatsApp. As informações e atividades produzidas pelo grupo também são compartilhadas em outras plataformas, como Instagram ⁴ , Twitter ⁵ , TikTok ⁶ , Facebook ⁷ , Spotify ⁸ e YouTube ⁹ .
LabJaca	Também originário da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente da favela do Jacarezinho, localizada na Zona Norte, o LabJaca ¹⁰ iniciou suas atividades em 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, apresentando-se como um “laboratório de pesquisa, formação e produção de dados e narrativas sobre as favelas e periferias [...] formado 100% por jovens negros que têm o audiovisual como carro-chefe para divulgação científica dos dados e a potencialização das narrativas faveladas e periféricas”. A ideia de “geração cidadã de dados”, ou seja, de dados gerados com base na participação dos moradores e de instituições que atuam no local, é recorrente nas narrativas do grupo, que também mobiliza as plataformas Twitter ¹¹ , Instagram ¹² , Facebook ¹³ e YouTube ¹⁴ para divulgar suas ações. Entre os estudos realizados individualmente ou em parceria com outras instituições e coletivos está o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, fonte de dados sobre o alcance da pandemia nas favelas, e o Boletim Dengue no Jacarezinho 2022, que explora a relação entre dengue e favela.
Conexão Favela	Foi criado em 2019 no Jardim Peri, região localizada na Zona Norte da cidade de São Paulo, atuando em parceria com o Instituto Jardim Peri, organização não governamental ¹⁵ . Apresentando-se como um “movimento de pessoas determinadas a construir pontes entre a sociedade privilegiada e a favela”, a iniciativa tem como objetivo “empoderar o jovem da comunidade através da educação e acesso à tecnologia”. Entre as ações e projetos observados, identificamos uma ênfase em atividades direcionadas ao público feminino e às crianças e jovens da comunidade. Uma das atividades observadas e que mais explicitam a relação entre território e tecnologia proposta pelo grupo é o ConexãoTech, que visa a formação de jovens da comunidade no domínio da informática, realizada em parceria com a +1Code, escola de programação gratuita para pessoas pobres e moradores de favelas e periferias. Além de um site, o grupo também mobiliza plataformas como LinkedIn ¹⁶ , Facebook ¹⁷ e Instagram ¹⁸ .

¹ Disponível em: <https://datalabe.org/>. Acesso em: 15 fev. 2023.² Disponível em: <https://datalabe.org/dados-sem-cao/>. Acesso em: 15 fev. 2023.³ Disponível em: <https://cocozap.datalabe.org/>. Acesso em: 15 fev. 2023.⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/data_labe/. Acesso em: 15 fev. 2023.⁵ Disponível em: https://twitter.com/data_labe. Acesso em: 15 fev. 2023.⁶ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@datalabe>. Acesso em: 15 fev. 2023.⁷ Disponível em: https://web.facebook.com/data_labe. Acesso em: 15 fev. 2023.⁸ Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/data-labia>. Acesso em: 15 fev. 2023.⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/@data_labe8622. Acesso em: 15 fev. 2023.¹⁰ Disponível em: <https://www.labjaca.com/>. Acesso em: 15 fev. 2023.¹¹ Disponível em: <https://twitter.com/LabJaca/>. Acesso em: 15 fev. 2023.¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/LabJaca/>. Acesso em: 15 fev. 2023.¹³ Disponível em: <https://web.facebook.com/LabJaca/>. Acesso em: 15 fev. 2023.¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/labjaca>. Acesso em: 15 fev. 2023.¹⁵ Disponível em: <https://conexaofavela.com.br/>. Acesso em: 28 fev. 2023.¹⁶ Disponível em: www.linkedin.com/company/movimentoconexaofavela. Acesso em: 28 fev. 2023.¹⁷ Disponível em: <https://web.facebook.com/movimentoconexaofavela>. Acesso em: 28 fev. 2023.¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentoconexaofavela/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

COLETIVOS/ INICIATIVAS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS
De Olho na Quebrada	Com atuação na favela de Heliópolis, Zona Oeste da cidade de São Paulo, o observatório De Olho na Quebrada ¹⁹ é um projeto da União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região. Nascido em 2018, o objetivo do observatório é verificar a validade de dados oficiais sobre a favela e contrastá-los com os dados obtidos por meio de pesquisas próprias a fim de atuar na melhor elaboração de políticas públicas para a região. Outro objetivo é narrar as histórias e acontecimentos locais com base na visão dos seus próprios moradores, mobilizando, para tanto, as plataformas Instagram ²⁰ , Facebook ²¹ e Twitter ²² . É possível encontrar dados de pesquisas feitas pelo observatório sobre vacinação de Covid-19, o impacto da pandemia na vida das diaristas e trabalhadoras domésticas, baile funk em Heliópolis, saúde mental na pandemia, saúde alimentar na pandemia, entre outras.

dados textuais, sonoros, imagéticos e audiovisuais produzidos pelos grupos em seus canais digitais, os quais foram reunidos de forma organizada para compor o corpus empírico da pesquisa; iii) análise dos dados coletados, com foco nas práticas comunicacionais e nas estratégias de conceituação, uso e ressignificação das tecnologias em seus contextos específicos, de modo a compreender como cada coletivo articula os territórios físico e digital-informacional em suas ações.

Apropriações e ressignificações territoriais periféricas/faveladas/de quebrada/digitais-informacionais

Além dessas quatro iniciativas, foram observados, no decorrer do nosso mapeamento, outros grupos que também atuam na interface entre territórios físicos — com recorte em favelas, periferias e quebradas — e territórios digitais-informacionais, e que consideram em suas práticas as interseções de raça, classe, gênero e localidade, como PerifaCode²³ e PerifaConnection²⁴. Porém, por não estarem vinculados a uma localidade específica, escolhemos direcionar nossa atenção para as iniciativas aqui descritas, por entendermos a potencialidade que propõem em termos de apropriação e ressignificação dos territórios aqui abordados.

Tais iniciativas se somam a outras iniciativas/tentativas de decolonização das tecnologias digitais em rede e seus sistemas de inteligência artificial e aprendizado de máquina já observadas mundialmente, a exemplo das iniciativas centradas em raça, injustiça social, feminismos, identidades queers, perspectivismos indígenas etc. (Aguiar; Silva, 2025). Entretanto, o Data_labe, LabJaca, Movimento Conexão Favela e De Olho na Quebrada trazem para o debate o que entendemos como uma ética periférica/favelada/de quebrada, que também se relaciona com a ideia de gambiarra, “[...] perspectiva crítica sobre a técnica [que] trata da formação de híbridos e seus pontos de convergência presentes na ideia de precariedade” (Messias, 2020, p. 1); bem como com a ideia de tecnodiversidade, entendimento da técnica com base em múltiplas cosmovisões, sendo ela “[...] em essência, uma questão de localidade” (Hui, 2020, p. 82).

Outro ponto a ser evidenciado é que as apropriações e ressignificações por nós observadas não se dão de maneira apartada de um pensamento crítico e da consciência sobre o impacto negativo dessas tecnologias na vida de todos os dias (Couldry; Mejias, 2019) e da opressão algorítmica a qual, sobretudo negros e mulheres pobres estão expostos (Mbembe, 2020; Noble, 2018). Por isso a apropriação se dá de modo integrado à ressignificação. Para decolonizar essas tecnologias, isto é, expurgar delas o viés racista/classista/cisheterossexista, é preciso que elas sejam pensadas e desenvolvidas com base em outros olhares que levem em consideração identidades e alteridades.

Considerações finais

Na primeira seção deste estudo, direcionamos nossa atenção para o entendimento de território de modo articulado ao entendimento de lugar e periferia. Com base na noção de território usado proposta por Milton Santos (2005), compreendemos o espaço geográfico, seu sinônimo, como um híbrido, uma forma-conteúdo cujo interesse analítico deve estar dirigido ao seu uso. Esse território é igualmente definido como humano, habitado, movimento,

¹⁹ Disponível em: <https://linktr.ee/dolhonaquebrada>. Acesso em: 10 mar. 2023.

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/dolhonaquebrada/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

²¹ Disponível em: <https://web.facebook.com/olhonaquebrada>. Acesso em: 10 mar. 2023.

²² Disponível em: <https://twitter.com/dolhonaquebrada>. Acesso em: 10 mar. 2023.

²³ Disponível em: <https://perifacode.com/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://linktr.ee/perifa>. Acesso em: 03 mar. 2023.



processo, apresentando-se como um campo de forças, diferenças, divergências e até oposições. Já o lugar é compreendido como sede de resistência às opressões impostas pelo mundo, paradoxalmente materializadas nesse mesmo lugar, como é o caso das periferias globais e urbanas.

É fato que, após romper com o simples estigma, a noção de periferia, assim como as noções de favela e quebrada, passou por um processo de apropriação criativa e contestadora. Porém, isso não invalida a interpretação de localidade como uma categoria social da diferença, assim como raça, classe, gênero e sexualidade. Nesse sentido, em nossa leitura, o território/localidade possui uma dimensão interseccional, ao passo que a interseccionalidade também possui uma dimensão territorial/local, expandida hoje para o contexto das tecnologias digitais em rede, conforme observado na segunda seção do estudo, que mostra como essas tecnologias, também descritas como territórios digitais-informacionais, ampliaram as formas de exclusão e discriminação sobre corpos e comunidades negras e periféricas.

Porém, por meio do mapeamento e observação de iniciativas situadas em periferias e favelas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, identificamos que, assim como o território físico/periférico/favelado/de quebrada teve seus significados desconstruídos e reconstruídos por parte dos seus moradores, fazendo emergir uma consciência periférica, o território digital-informacional pode passar pelo mesmo processo de apropriação e ressignificação. Partindo da interconexão entre esses dois territórios e fundamentando-se em uma perspectiva interseccional que é, em sua essência, também decolonial, essas iniciativas e as pessoas que delas participam buscam, por meio das tecnologias, ressignificar o lugar onde habitam e, ao mesmo tempo, pela potência epistemológica e ontológica desse lugar de morada, ressignificar as próprias tecnologias.

Referências

- AGUIAR, Carlos Eduardo Souza; SILVA, Dayana K. Melo da. Tecnologia e decolonialidade: arranjos insurgentes e a questão das cosmotécnicas. **Tecnologia e Sociedade**, v. 20, n. 62, p. 114–127, 2024.
- BENJAMIN, Ruha. **Race after technology**: abolitionist tools for the new Jim code. Medford: Polity, 2019.
- BUOLAMWINI, Joy Adowaa. **Gender shades: intersectional phenotypic and demographic evaluation of face datasets and gender classifiers**. 2017. Tese de Doutorado - Program in Media Arts and Sciences (Massachusetts Institute of Technology), Massachusetts, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford, California: Stanford University Press, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **Feminism in the Law**: Theory, Practice, and Criticism. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.
- D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 39, n. 1, p. 19–36, 2020.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223–244, 1984.
- HARVEY, David. The right to the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 4, p. 939–941, 2003.
- HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.
- KOENECKE, Allison et al. Racial disparities in automated speech recognition. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 14, p. 7684–7689, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Economica-Anthropos, 2009.
- MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.
- MESSIAS, José. Gambiarra como mediação: um encontro entre materialidades da comunicação e filosofia da técnica a partir das mídias digitais. **E-Compós**, v. 23, p. 1–25, 2020.
- MOHAMED, Shakir; PNG, Marie-Therese; ISAAC, William. Decolonial AI: Decolonial Theory as Sociotechnical Foresight in Artificial Intelligence. **Philosophy & Technology**, v. 33, n. 4, p. 659–684, 2020.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: New York university press, 2018.



RISAM, Roopika. Beyond the Margins: Intersectionality and Digital Humanities. **Digital Humanities Quarterly**, v. 9, n. 2, p. 1–14, 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, SP: Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15–25, 1999.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL : Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 255–261, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida De. Milton Santos, um revolucionário. **OSAL : Observatório Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 251–254, 2005.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção: Sílvio Tandler. Brasil, 2006. 89 min.